

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 054

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE MAIO DE 2002**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Moysés Leônidas e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Solicito a retirada da chamada nominal, uma vez que já existe quórum para início da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Em votação.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda:

**PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA
À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**

Artigo Único - Fica suprimido o § 5º, do artigo 85 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Ricardo Chab, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta objetiva corrigir grave distorção existente no ordenamento constitucional paranaense.

Desnecessário dizer do abusivo privilégio que a disposição constitucional que ora se pretende revogar alberga em seu conteúdo.

Como justificar a concessão de uma aposentadoria, a título de representação, ao governador do Estado, pelo exercício de apenas quatro anos de mandato? Sendo equiparada, ainda, aos subsídios dos desembargadores do Tribunal de Justiça, que constituem um dos mais altos do Estado. Ressalte-se que estes, ao se aposentarem, dedicaram uma vida aos serviços da magistratura paranaense e não apenas quatro anos, como é o caso dos governadores.

Considerando também que o servidor comum necessita de 35 anos de trabalho e de efetiva contribuição para se aposentar com proventos integrais, como interpretar o princípio da igualdade expresso no artigo 5º da Constituição Federal?

Não resta dúvida que o questionado § 5º, do artigo 85 da CE, além de conflitar com o citado princípio da Lei Magna, constitui-se em flagrante e afrontosa injustiça aos demais trabalhadores da Administração.

Diante de tais circunstâncias, a medida, embora revestida de caráter legal, é no mínimo imoral, devendo ser expurgada do texto constitucional, até para preserva-

ção do princípio de moralidade administrativa e garantia dos superiores interesses públicos.

Além do mais, como explicar a regalia atribuída apenas ao governador, que mantém mandato eletivo de apenas quatro anos, ou até menos, se os demais detentores de mandatos também eletivos, a exemplo dos parlamentares, mesmo exercendo várias legislaturas, não dispõem de tal privilégio?

O momento político brasileiro vem impondo profundas modificações no comportamento de suas bases estruturais, com vistas à moralidade e resgate da dignidade da função pública, em todos os níveis. Essas são razões que nos induzem a propor o expurgo de tamanha aberração, do texto constitucional paranaense.

Apenas para reforçar a tese proposta, vale citar a adoção de medida similar, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que, através da Emenda Constitucional nº 64/2002, veda a concessão de pensão a governadores e ex-governadores em decorrência do mandato que exercam ou exerceram.

Por todo o exposto e, ainda, por julgar a medida ora proposta oportuna e revestida do mais alto senso de justiça, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio e conseqüente aprovação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO 1024

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Emília Casado Pires, pelo falecimento de seu esposo, Pedro Pires, ocorrido em Cianorte, no dia 23 de abril de 2002.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO 1025

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar ao senhor João de Deus Santana, pelo falecimento de seu pai, Adalberto Xavier Santana, ocorrido em Cianorte, no dia 03 de maio de 2002.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO 1033

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado estadual e Procurador de Justiça aposentado,

Dr. Ruy Cunha, ocorrido na cidade de Londrina dia 25.04.2002.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dr. Ruy Cunha nasceu em 18 de julho de 1912, em Jaguariaíva e faleceu no último dia 25.04. na cidade de Londrina. Era Procurador de Justiça, aposentado, ex-deputado estadual e fazendeiro.

Ruy Cunha era filho de Eurides Cunha, ex-presidente do Estado e ex-prefeito de Curitiba e de Dona Maria José Vieira Cunha. Era irmão do Dr. Renato Cunha, Dr. Carlos Cunha, D. Ione Cunha Nogueira, D. Ivete Cunha Guarinello, D. Maria Cunha Cotellessa, D. Iolanda Cunha, D. Zélia Cunha, D. Maria Nuncia Cunha Sobral, Eurides Darci da Cunha, Dr. Domingos Antônio da Cunha e Pedro Arinos da Cunha.

Em Curitiba, Ruy Cunha realizou o curso primário tendo como professora D. Rosita Pimpão Rousseau. O curso secundário foi efetuado no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. No ano de 1933, dezembro, recebeu o diploma de bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Logo a seguir, nomearam-no promotor público, tendo sempre exercido a advocacia. Foi professor de Direito Penal na Universidade de Londrina, deputado estadual por duas legislaturas na década de 50 e ativo participante do movimento rotariano, do qual chegou a ser governador.

O passamento do Dr. Ruy Cunha veio abrir lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes e amigos.

O destino roubou-o ao convívio dos familiares, porém resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho. Lá onde está poderá ter a certeza de que saberemos ser seus continuadores na luta pelo ideal.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cunha, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO 1052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos pesar aos familiares do vereador: Arildo Farias de Oliveira, falecido no município de Tijucas do Sul, em 30 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O vereador Arildo Farias de Oliveira, era vereador pelo município de Tijucas do Sul, onde faleceu em 30 de abril do corrente ano, deixando esposa e seis filhos.

Vereador por dois mandatos naquele município, de 1982 a 1988 e de 2001 a maio deste ano, quando faleceu.

Era vice-presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, onde residia há 25 anos, onde tinha suas propriedades e mantinha grandes amizades.

REQUERIMENTO 1071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da sessão de hoje votos pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vicente, ocorrido em 27 de abril do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser enviada ao senhor Antônio Vicente, à Rua Bandeirantes nº 355 - Edifício Ônix - ap. 702 - CEP 86870-000 Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 268/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres, do Colégio Estadual João Theotônio Netto - APM, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João Theotônio Netto - APM, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 269/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres, do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM

Duque de Caxias, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 270/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres, do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof. Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Prof. Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 271/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gleba

18 - ASCOMGLE, com sede e foro no município de Mariluz, comarca de Cruzeiro do Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Moradores do Bairro Gleba 18 - ACOMGLE, com sede e foro no município de Mariluz, Comarca de Cruzeiro do Oeste-PR, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com área de atuação limitada ao município, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Bairro Gleba 18, no município de Mariluz, tendo por finalidade entre outras:

a) identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores a fim de que estes adquiram condições de solucionar seus problemas comuns, objetivando sua autonomia;

b) congregar todos os moradores da comunidade, sem distinção de raça, cor, sexo, etnia, religião, idioma, ideologia política, origem, situação financeira ou qualquer outra diferença que ocorra na comunidade, a fim de atender os anseios da comunidade num todo.

PROJETO DE LEI Nº 272/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres, da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, APM Paulo Freire, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, APM Paulo Freire, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 273/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres, do Colégio Estadual Olavo Bilac - Ensino Fundamental e Médio - com sede e foro no município e comarca de Ubatuba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac, com sede e foro na Comarca de Ubatuba-PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tem caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 274/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadoswski Prado - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadoswski Prado - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 275/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a instalação da Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II, com eixo de barragem localizado no Rio Marrecas, município de Turvo-PT.

Art. 2º - A ampliação da PCH - Pequena Central Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A Ibema Companhia Brasileira de Papel, apresenta pedido para que o empreendimento denominado PCH Boa Vista II seja levado à aprovação junto à Assembléia Legislativa do Paraná.

A instalação desta PCH tem por objetivo o fornecimento de energia elétrica para atendimento da expansão da unidade fabril localizada no município de Turvo, com a implantação de uma nova máquina de fabricação de papel, gerando mais empregos e tributos para o Estado.

A usina localiza-se próxima à fábrica e utilizará parte das instalações de captação de água já existentes, caracterizando-se como empreendimento de baixo impacto ambiental, não implicando em nova tomada de água, construção de barragens, formação de reservatórios de comulação e nem na supressão de matas ciliares.

A construção de um novo circuito de geração de energia adicionará 8 MW aos 5,82 MW já disponibilizados pelas usinas existentes.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão relevante para o desenvolvimento econômico da região.

PROJETO DE LEI Nº 276/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade São Roque, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme seus estatutos a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade São Roque, fundada

em 09.06.91, é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômico e lucrativos, que tem por objetivos promover a união, a amizade e o espírito comunitário na busca de uma vida melhor e justa para seus associados.

De acordo com os documentos em anexo, a Associação preenche todos os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria de concessão do título de Utilidade Pública.

Desta forma, para que a entidade possa dar continuidade ao seu trabalho de atendimento e amparo social à comunidade, é justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, pelos nobres deputados desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 277/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube Esportivo e Recreativo Sagrada Família, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme seus estatutos o Clube Esportivo e Recreativo Sagrada Família, foi fundado em 12.08.90, é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivos promover a união, a amizade e o espírito comunitário na busca de melhor condição de vida e justiça social para seus associados. De acordo com os documentos que anexamos à proposição, comprova-se que a entidade preenche todos os requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual - Lei 6994/78.

Com isso propomos o presente plano de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 278/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado- Gamba, com sede e foro na cidade de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Associado Municipal Beneficente e Assistencial de Colorado fundado em 12 de novembro de

2000, é uma sociedade sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Colorado.

A Associação objetiva a união dos munícipes na luta em defesa dos interesses comuns; apoiar todas as iniciativas que visem melhoria das condições de vida de seus associados, promover a prática de esportes, intercâmbios esportivos, encontros recreativos, visando o aprimoramento da aptidão dos associados, defender e amparar os associados, intervindo junto às autoridades públicas, apresentando medidas de ordem geral que venham beneficiá-los, promover campanhas cívicas, políticas e públicas para integração dos munícipes à vida da comunidade, estimular a organização da população em seus locais de moradia, entre outras atividades que julgar necessária e oportuna para a realização de seus fins sociais.

PROJETO DE LEI Nº 279/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Espírita André Luiz, com sede e foro no município de Terra Roxa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro Espírita André Luiz, entidade civil, fundada em 07 de novembro de 1977, e tem sua sede e foro no município de Terra Roxa.

O Centro Espírita André Luiz visa, entre outros objetivos:

a) o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas e suas implicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando como roteiro básico as obras codificadas por Allan Kardec;

b) o ensino da doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos;

c) a assistência espiritual.

O referido Centro, através da Creche Allan Kardec, faz o atendimento de casos sociais e visitas domiciliares às famílias de crianças como também presta serviços relativos à educação infantil, visando atividades inerentes à pré-escola.

Desta forma contamos com o apoio dos senhores deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 280/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Bairros

Bela Vista e Jardim Moreira, com sede no município de Maripá, e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Bairros Bela Vista e Jardim Moreira, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sua sede à Rua Rio Grande do Sul, s/nº, no bairro Jardim Moreira, no município de Maripá, foi fundada em 16 de dezembro de 1987.

Podemos citar alguns objetivos que a entidade desenvolve, como por exemplo; tem a finalidade de promover a união, a amizade e o espírito comunitário, promovendo reuniões, festividades e atividades sociais, cooperativa, cívicas, culturais, educacionais, espirituais e pugnar pelos interesses da comunidade, reivindicando junto aos órgãos públicos as melhorias julgadas necessárias e exercer outras atividades que a Associação julgar conveniente para o desenvolvimento de seus objetivos.

Diante do exposto, solicitamos o devido apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 281/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar Luiz Ruaro, a ponte sobre o Rio Chopim, que liga o município de Honório Serpa ao município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei queremos prestar uma homenagem póstuma ao senhor Luiz Ruaro, cidadão de família tradicional do município de Pato Branco, trabalhador, pai de família, e que fatalmente veio a falecer quando fazia com seu caminhão carregado de lenha, a travessia da balsa sobre o Rio Chopim, que ligava os municípios de Honório Serpa e Pato Branco.

A antiga balsa não oferecia qualquer segurança aos usuários, prova disso é o acidente ocorrido que vitimou o senhor Luiz Ruaro.

Após esse trágico acidente, houve grande mobilização por parte das autoridades locais, produtores rurais, e moradores dos municípios onde reivindicaram ao Governo do Estado, a construção de uma ponte que viesse melhorar a travessia do rio, proporcionando maior agilidade e segurança aos seus usuários. O trágico faleci-

mento desse nobre cidadão sensibilizou a todos, fazendo com que o Poder Executivo Estadual desse início às obras de construção da ponte, que deverá ser inaugurada nos próximos meses.

PROJETO DE LEI Nº 282/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro na cidade de Icaraíma - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, declarada de Utilidade Pública Municipal através do Projeto de Resolução nº 001/2001, com sede e foro na cidade de Icaraíma, Estado do Paraná, é uma associação sem fins lucrativos, mantendo-se através de subsídios da própria comunidade que proporciona a seus associados um atendimento personalizado.

Sua principal atividade é o controle de vacinação de crianças, prática de esportes para as crianças, comemorações alusivas ao Dia das Mães, dia dos Pais, promoções para angariar fundos para atendimento das famílias mais carentes, com distribuição de alimentos, fornecimento de remédios, encaminhamentos a médicos e hospitais. Atenção especial também é dada aos idosos e atendimento às reivindicações dos moradores de um modo geral.

Solicitamos aos nobres pares a aprovação desta proposição, o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 283/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Pequena Central Hidrelétrica São Francisco, no rio São Francisco Verdadeiro, com eixo de barragem localizado entre os municípios de Toledo e Ouro Verde do Oeste, no Estado do Paraná.

Art. 2º - A construção da usina especificada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais, emanadas do órgão ambiental estadual, em conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano e Luiz Accorsi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

Não estando presente o deputado Neivo Beraldin, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados. Eu não posso ficar quieto vendo as coisas acontecerem da forma como estão acontecendo.

Nenhum dos parlamentares aqui é capaz de ficar silencioso ao ver os números da tragédia que se abateu sobre Curitiba, neste final de semana.

A situação na área da segurança pública exige uma ação imediata do governador do Estado do Paraná. Um murro na mesa.

Não estou aqui a pedir a cabeça de ninguém, mas é preciso, é necessário. Esta Casa não pode ficar silenciosa diante de 23 mortes violentas que aconteceram neste final de semana, 17 delas em consequência de assassinatos. Jovens, idosos e mais uma mulher foi encontrada morta em Almirante Tamandaré.

Sobe o número agora para 19 mortes; duas estão desaparecidas.

Até agora não se tem notícias. Neste final de semana, senhores parlamentares, 54 automóveis, cada um de nós representa um automóvel que foi roubado esse final de semana em Curitiba, 21 deles, pasmem, senhores parlamentares, foram tomados na "mão-grande" no assalto, revólver apontado na cabeça de quem estava no automóvel.

Não vou, aqui, detalhar os inúmeros assassinatos, assaltos a supermercados. Famílias ficaram à mercê dos bandidos durante horas na madrugada de hoje. Quer dizer, nós chegamos num momento que não se trata de ser deputado de Situação, Oposição ou ser independente.

Trata-se de esta Casa exigir do governo do Estado um murro na mesa em termos de segurança pública. A coisa como está não pode continuar. Qualquer outro governo que chegasse na metade do que chegou hoje, já teria destituído o secretário, diretor da Polícia Civil, diretor da Polícia Militar, só pelo fato, vejam bem, 19 mulheres assassinadas em Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul e Itaperuçu.

Será que isso não exige uma ação mais efetiva do comando da nossa Segurança, deputado Ricardo Chab? Será que não exigiria um novo modelo de policiamento?

Demoraram um tempão danado para tirar de lá o delegado, aliás, nem tiraram, afastaram o delegado por

omissão, mas como não tem outro para colocar no lugar dele ele permanece, cujo superintendente da sua delegacia era um dos envolvidos na quadrilha envolvendo policiais militares e civis no assassinato de 19 mulheres.

O que é que está se esperando? Que amanhã um de nós tenhamos um revólver na cabeça? Aí esta Casa vai se levantar? Aí todos nós vamos nos indignar, como aconteceu com o companheiro deputado Tiago Amorin. Até quando vamos ficar aqui nessa inércia, nessa omissão, também nossa, por que não? Se não cobramos, parece que está tudo bem, está tudo em ordem. A segurança está uma maravilha, aliás, um deputado desta Casa fala: “você seria capaz de andar onze horas da noite numa das ruas da cidade de Curitiba?” Um deputado da Casa fala isso. E isso parece que não se encontra eco. O que é que está acontecendo com a segurança?

Não se trata de fazer crítica por crítica. Trata-se de um alerta, de um grito de desespero, até porque o final de semana foi demais. Foram, 17 assassinatos, coisa nunca vista em Curitiba e na região metropolitana! Cinquenta e quatro automóveis roubados, vinte e um deles tomados por assalto! Não vemos um esquema diferente de policiamento! Não se vê um plano novo de policiamento na cidade. O que adianta, o governo dá viaturas, da revólver, da colete e não vê o resultado disso? Alguma coisa está errada na segurança pública do Estado do Paraná! Não é possível continuar do jeito que está! E nós, especialmente nós que somos de Curitiba somos mais cobrados, somos mais visados. Nós que andamos por Curitiba, pela Região Metropolitana, que somos pessoas popularmente conhecidas, somos mais cobrados.

Estou trazendo para Casa um assunto que merece reflexão e espero que outros parlamentares também se posicionem. Talvez esteja na hora de reunir a Comissão de Segurança Pública, chamar para uma falação aqui o comando da nossa Segurança Pública. O que é que está acontecendo? Que medidas vão ser tomadas, que posições serão tomadas? Que novo plano de policiamento vai se aplicar em Curitiba?

Vou rapidamente mostrar aqui, senhor presidente, o jornal Tribuna do Paraná mostra - “Inferno no fim de semana”, “Sangue por todo lado”. Será que ninguém se sensibiliza com isso? Enquanto não matarem um parente da gente, uma pessoa conhecida da gente, daí sim vão tomar providências? Dezenove mulheres mortas, duas desaparecidas! Uma CPI em Almirante Tamandaré que diz que houve omissão das autoridades. Será que nada disso sensibilizará a alta cúpula da Segurança Pública do Estado do Paraná? É a indagação que faço, senhor presidente.

Muito obrigado!

O SR. RICARDO CHAB (*Pela Ordem*)

O deputado Algaci Tulio fez referência com relação à violência e me somo a isso. E ao mesmo tempo quero fazer uma colocação até para estender um pouco a reflexão dos parlamentares.

Tivemos em Curitiba e na região metropolitana no final de semana, dezoito assassinatos.

Em São Paulo tivemos 50 assassinatos. Então, se levarmos isso à proporção Curitiba - São Paulo, é claro, é óbvio que o nosso final de semana foi mais violento que o de São Paulo.

São Paulo tem 14 milhões de habitantes; Curitiba e região metropolitana está estimado que hoje tem um milhão e meio, um milhão e setecentos, dois milhões de habitantes; se elevarmos isso à quinta potência vai dar 73 assassinatos. Então, é claro que o final de semana em Curitiba foi muito mais violento do que o de São Paulo!

Gostaria só de repercutir isso na Assembléia, e além disso, colocar aqui, o que acho de fundamental importância:

O Governo tem que se preocupar mais com a segurança pública. Já está provado que o modelo de segurança que estão oferecendo, principalmente, para quem mora em Curitiba e região metropolitana, não é o modelo adequado.

Só isso, senhor presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, o que os deputados Algaci Tulio e o Ricardo Chab relataram hoje, aqui, se deve a um desmonte do Estado, sobretudo, na área de segurança pública.

É preciso dizer que o governo do Estado não investe em segurança pública e apenas dá a contrapartida de convênios, de verbas federais; não na prestação de contas, qualquer investimento na área de segurança. Então, chegamos ao pé que chegamos.

Vejam a situação de Almirante Tamandaré: é grave, gravíssima e não há da parte do governo uma resposta que possamos sentir que o governo esteja agindo.

A impressão que tenho é que o Estado está vivendo um grande desmonte da sua estrutura, e cada secretaria, cada departamento está tomando conta à sua maneira, e que não há chefia no governo.

Agora, senhores deputados, há um outro ponto grave que é preciso abordar: a questão do Proen.

Trago uma matéria do jornal Folha de Londrina de ontem, que mostra que uma auditoria do Tribunal de Contas revela indícios claros de corrupção e de malversação do dinheiro público. Agora, pasmem, senhores deputados. Sabem quem revelou? Quem mandou essa informação dessa auditoria? Foram os técnicos do Tribunal de Contas, anonimamente, para o jornal Folha de Londrina.

Agora, senhores deputados, toda essa situação do Proen, do Fundef, da Secretaria da Segurança e de outras secretarias, passam ou não pelos conselheiros do Tribunal

de Contas? O que é que nós estamos fazendo que ainda não criamos uma CPI para analisar a atuação dos conselheiros do Tribunal de Contas?

O deputado Ricardo Chab há pouco tempo atrás propunha isso aqui nesta Casa, e eu gostaria de pedir a ele que possa colher as nossas assinaturas a fim de que se faça uma CPI, efetivamente, pois o que temos de notícia dos conselheiros é que estão fazendo política, arrecadando dinheiro para campanha. Há, na verdade, indícios inúmeros que nos levam a uma demonstração de que os conselheiros do Tribunal de Contas não aconselham bem a Casa e nem o povo do Paraná; ao contrário, fazem política e talvez a mais baixa possível, lançando parentes a candidato, lançando filhos, fazendo de conta que fiscalizam quando nomeiam os parentes para administrar órgãos públicos!

Onde está o Tribunal de Contas?

O Sr. Ricardo Chab

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, com relação à CPI que estou pedindo até hoje, insistindo, todos os senhores parlamentares tomaram conhecimento através da imprensa e acho de extrema importância, porque me remeto aos casos de Maringá, de Londrina, lá atrás, aonde um promotor apenas levantou o grande escândalo de Maringá: um promotor com uma secretária.

Por várias vezes conversei com esse promotor.

Depois do levantamento do escândalo em Maringá, é que o Tribunal de Contas foi lá fazer auditoria! Mas, e a auditoria anterior, realizada pelo Tribunal de Contas, de nada adiantou?

Então, são algumas explicações e nós, como parlamentares temos que ter; nós somos os vigilantes daqueles que necessitam dos vigias.

Proponho a CPI, baseado naqueles fatos lá atrás, de Maringá, Londrina, enfim nesse casos, porque precisamos.

Tenho um requerimento comigo, vou passar a V. Exa. para assinar. No requerimento são duas assinaturas apenas, a minha e a do deputado Algaci Tulio, só para fazer registro, para o seu conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Solicito a V. Exa. que ultime o nosso pronunciamento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Vamos fazer uma campanha junto aos deputados, no sentido que assinem essa CPI, porque precisamos elucidar algumas coisas.

Tenho certeza que o dinheiro do Fundef não está sendo bem administrado. Tenho certeza e convicção, porque vejo: despesas com energia, x milhões; despesas com

água, x milhões; repasse a municipalidade 135 milhões. A qual município que foi repassado?

Então, há uma série de dúvidas e há uma série de constatação documental que prova que o governo declara que está devendo para o Fundef.

Não há aqui o exercício de imaginação. Há uma prestação de contas do governo, que ele se apoderou do dinheiro do Fundef, e o que está fazendo o Tribunal de Contas do Paraná que não revela isso?

Por que o Tribunal de Contas não revela o que foi feito no Banestado? Por que não revela?

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, deputado Neivo?

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Não é permitido aparte no Pequeno Expediente.

O Sr. Nereu Moura

É horário do PDT, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN

Concedo com muito prazer.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Neivo, V. Exa. aborda um assunto palpitante.

Tem que acrescentar nesses dados que V. Exa. está enumerando, a questão do Hitoshi Nakamura, do Canal da Barragem de Foz do Iguaçu, dos Jogos Mundiais da Natureza, que estão engavetados no Tribunal de Contas, e que diz que tem um conselheiro sentado em cima disso há mais de um ano!

As denúncias quando o Tribunal de Contas multou um dos homens mais ligados ao governador Jaime Lerner, que é o Hitoshi Nakamura, porque foi secretário do Jaime Lerner, quando ele foi prefeito de Curitiba. E foi secretário no primeiro governo, foi renomeado no segundo governo, e o Tribunal de Contas multou esse “indigesto cidadão” em vinte milhões de reais.

Diz que “tem um conselheiro sentado em cima disso”.

Tem o problema dos “Jogos Mundiais da Natureza”, que é um fiasco, um escândalo. E que também diz que tem um conselheiro sentado em cima disso lá no Tribunal de Contas.

Tem o problema, deputado Neivo Beraldin, da Eco-Paraná da Paraná-Cidade, uma série de irregularidades levantadas e que de repente desaparecem, um conselheiro pede vistas, e não coloca mais em pauta e tudo fica “como dantes no quartel de Abrantes”.

Então, além da sua preocupação, de que o Tribunal de Contas não seja usado politicamente; eu acho legítimo um filho de conselheiro ser candidato a deputado. Não acho legítima a utilização do Tribunal de Contas como moeda de pressão política, para adquirir apoios de prefeitos.

tos que estejam com a vida enrolada no Tribunal de Contas.

E, segundo o mesmo Tribunal, 65% dos prefeitos tiveram as contas rejeitadas.

Então, veja que campo fértil para trabalhar! Que os conselheiros possuem, aqueles que pensam em usar a estrutura do Tribunal para angariar votos.

Vossa Excelência tem razão. Nós não podemos permitir a Assembléia Legislativa que tem o Tribunal de Contas como um apêndice desta Casa, não pode permitir que seja utilizado para fazer campanha política, como também não podemos permitir que conselheiros sentem em cima de processos e que o Paraná não fique sabendo da verdade!

Por isso concordo com V. Exa., que, se V. Exa. propuser a CPI, conte com a nossa assinatura.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço o seu apoio e considero que nós temos que, efetivamente, passar a limpo esta questão. Não é possível nós vermos o dinheiro do Fundef, do Proen, dinheiro do Banestado, dinheiro de todas as Secretarias do Estado não sendo fiscalizadas por um órgão auxiliar que nós confiamos. Então, o que adianta termos uma despesa em torno de 2% do orçamento do Estado que não nos dá confiabilidade?

Então, isso aqui pode parecer que estamos fazendo apenas um “faz de conta” que está havendo uma fiscalização no Governo do Estado, quando não está. E, por outro lado, também a Casa, quando solicitei para o Tribunal de Contas que nos remetesse as Contas de Curitiba para que pudéssemos analisá-las, a Casa negou.

Agora a Prefeitura de Curitiba quer dar concessão da coleta de lixo por 25 anos. Quem deve ganhar é a empreiteira Cavo, que vai coletar o lixo, armazenar o lixo, que nem todo o lixo precisa ser armazenado, porque muito do lixo pode dar lucro, 25 anos e a partir do ano que vem o povo vai passar a receber em casa a conta do lixo como recebe em casa a conta da água, da luz. E o edital de concorrência está viciado, está crivado de erros, está dirigido, e cadê o Tribunal de Contas para fiscalizar esse assunto ou mais esse grande negócio da Prefeitura de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Fazendo coro ao que diz o deputado Algaci Tulio a respeito da Segurança de Curitiba e região metropolitana, nós tivemos também a oportunidade de participar, neste sábado pela manhã, de uma manifestação da Associação Comercial de Matinhos, onde aqueles comerciantes, aquela população reivindica, da mesma forma, a segurança, mas reivindica mais do que isso ainda: o abandono

que o litoral do Paraná tem sofrido nesses últimos quatro anos. Nesses últimos quatro anos inúmeras foram as promessas feitas aos municípios do litoral paranaense, sem que houvesse o cumprimento dessas promessas.

Hoje, para os senhores terem uma idéia, pessoas que adquiriram qualquer tipo de imóvel para ter o seu lazer nas praias paranaenses, estão tentando de qualquer forma se desfazer do imóvel a qualquer custo. Vejam os senhores que até bem pouco tempo atrás um imóvel em Matinhos, em Caiobá, mesmo em Praia de Leste tinha um valor e hoje este valor está totalmente depreciado pela falta de atenção que o nosso litoral tem sido alvo.

Se foram feitos os Jogos da Natureza, se foi investido na Costa Oeste milhões de reais, no litoral paranaense nada foi investido. Nada aconteceu nesses últimos quatro anos em relação ao litoral paranaense, a não ser o aumento do pedágio logo depois das eleições, o que está, sem sombra de dúvida, inviabilizando que o nosso litoral possa ter não só competitividade em relação aos litorais catarinense ou paulista, mas, principalmente, fazendo com que a população que lá vive e de lá subsiste, passe a cada dia, mais dificuldade.

Vejam os senhores que neste último verão, com apenas dois meses de lazer, foi impossível àquela comunidade, comerciantes, que vivem no nosso litoral, tirar recursos para poder subsistir pelo restante do verão, estão todos em uma situação calamitosa, uma situação de desespero, estão todos reivindicando que esta Assembléia lhes dê apoio, que possamos ouvi-los e possamos, principalmente, fazer eco das suas palavras uma vez que o nosso litoral está totalmente abandonado.

Da mesma forma temos cobrado promessas como a Estrada dos Portos, que liga Antonina; temos cobrado promessas de revitalização da PR-412, que liga o nosso litoral; temos cobrado recursos para que seja, restaurada a nossa calçada à beira-mar, de Matinhos, que foi inteiramente destruída pela última ressaca, e nada tem ocorrido.

O nosso litoral se encontra entregue totalmente às moscas, porque o governo paranaense em momento algum tem investido qualquer tipo de recurso naquela região, isso sem falar no problema de segurança, que se agrava a cada dia que passa com uma série de crimes sendo cometidos, com uma série de furtos de veículos ocorrendo em todas as semanas. E o que é pior, senhores, fazendo com que a população de lá, como a população de Almirante Tamandaré, também se sinta totalmente abandonada.

É importante que a investigação de Almirante Tamandaré tome as proporções adequadas. A delegada já tem trabalhado, tem feito uma série de manifestações e acusações, inclusive de omissão do delegado que lá estava, e que já deveria ter sido afastado. Mas, nada tem acontecido na área de segurança no Estado do Paraná.

É muito importante aquilo que foi colocado aqui, inclusive, para que haja uma manifestação desta Casa. O deputado Vanhoni, outro dia, cobrava desta Casa uma ação com relação à morte do deputado Tiago Amorim.

Pasmem, senhores, mais de 30 dias já se passaram daquela reunião secreta que aconteceu aqui na Casa, e nada veio à tona, e nenhum tipo de solução foi dado.

Então, estamos, efetivamente, a cada dia que passa, mais e mais deixando à população paranaense um sentimento de que ela está desprotegida e, o que é pior, desamparada. As ações de Governo que deveriam estar ocorrendo dentro do nosso litoral não ocorrem; ocorrem quando é de iniciativa privada, como recentemente a inauguração de um terminal açucareiro no Porto de Paranaguá. Mas, aí, é porque a iniciativa privada tomou o incentivo, foi e realizou a obra, sem o apoio governamental.

Então, senhor presidente, eu quero deixar aqui registrada essa manifestação ocorrida no sábado pela manhã no município de Matinhos, onde a Associação Comercial pede as providências desta Casa, para que efetivamente o litoral paranaense não fique fora do contexto do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Na quarta-feira passada usamos da tribuna para relatar o descaso deste governo em relação ao aparelho de segurança do Estado do Paraná. Estamos observando que a cada dia, que a cada mês, a cada ano, a questão da área de segurança complica e complica mais, deputado Guimarães, e nós não estamos vendo nenhuma ação que possa, efetivamente, amenizar o quadro de violência que hoje vive o Paraná.

Se um dia foi a violência da invasão, hoje estamos vivendo a violência do assassinato, da retirada da vida, e especialmente os mais jovens.

Quando um jornal do perfil Folha de Londrina traz em manchete 17 assassinatos violentos num final de semana é porque a situação está deveras complicada e esta é a razão que eu quero ler, porque nós já dizíamos na quarta-feira que quem está perdendo a vida são os jovens. Treze homicídios são registrados em Curitiba e litoral, este é subtítulo - e quem são as vítimas?

Anderson Marangoni, 22 anos - Carlos Marangoni, 27, João Costa Lopes, 23 - Dinei dos Santos, 19 - Wesley Alexandro Mendes e Éder Siqueira, 19 anos - Stivinil Bispo Moreira, 21 anos - Sebastião Ferreira Fernandes, 21 anos.

É a nossa juventude deputada, que está a morrer pela violência e nós não estamos vendo nada do governo, nada a não ser a segurança virtual produzida na mídia, paga pelo Estado do Paraná. É uma situação que traz intranquilidade, traz no lastro e no rastro da intranquilidade, mostra a fragilidade do Estado.

O Estado, enquanto ente que não tem capacidade, não tem condições de assegurar a segurança aos seus

cidadãos, evidentemente está falhando numa das suas principais ações, numa de suas principais funções, e é o que nós precisamos ver. Por outro lado não vemos nada do governo, não tem um programa, não tem uma ação de peso que possa dizer - ora, agora nós vamos pelo menos colocar um paradeiro nessa onda de crime.

A deputada Luciana Rafagnin há duas ou três semanas atrás, denunciou desta tribuna uma série de mortes das mulheres de Almirante Tamandaré e na quarta-feira eu fiz menção a isto, deputada Luciana, mas dois dias depois, antes nós tínhamos as informações de que tinha oito elementos que não são policiais do setor de segurança, envolvidos nos assassinatos de Almirante Tamandaré.

Ora, o que fez a polícia? O que fez o comando da Polícia Militar? O que fez o delegado geral de Polícia do nosso Estado? Não tem um pronunciamento, não tem uma ação que possa dizer que estão no comando da segurança do Estado do Paraná.

Hoje, a segurança do Estado do Paraná é uma instituição sem comando, deputado Ângelo Vanhoni, porque para ter comando precisa ter ação, precisa ter autoridade e quando acontece uma série de assassinatos e que já vem de uma história de quatro, cinco meses e não houve nenhuma ação, evidentemente a segurança do Paraná está sem comando e há necessidade desta Casa, sugeri na quarta-feira que a Comissão Permanente de Direitos Humanos convoque aqui a CI que realiza a Câmara de Vereadores de Almirante Tamandaré e depois convoque o secretário da Segurança Pública, que convoque aqui o comandante da Polícia Militar, que convoque aqui o delegado da Polícia Civil para que dê satisfação à Comissão, a esta Casa e à sociedade, o que é que tem feito para coibir, para minimizar, para devolver a tranquilidade à sociedade paranaense.

Não sou, senhores deputados, quem normalmente fala de segurança. Mas a situação está escabrosa e sem nenhuma manifestação das autoridades. Até parece que esse setor não é do governo, que é um setor à parte e que não diz nada em relação ao governo do Estado.

Quando eu falava na quarta-feira, solicitou um aparte o deputado Cezar Silvestri. Ele dizia que em Guarapuava era a mesma situação. Quem quiser vir a acompanhar a crônica e não mais nas páginas policiais, nas manchetes dos jornais à questão do crime, do desrespeito à vida, que deixaram de figurar naqueles jornais - como disse o Algaci Tulio: "Aperta e sai sangue". Hoje estão na imprensa dita como alheia a essas questões. Fugiram das páginas internas dos periódicos, para fazer parte da manchete, mostrando que o governo precisa tomar uma ação. E como o governo não tomou nenhuma ação neste sentido, mais uma vez encareço ao presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos, deputado Renato Gaúcho, que faça essa convocação e ao deputado Ricardo Chab, presidente da Comissão Permanente de Segurança desta Casa, que convoque essas autoridades para quem sabe, em audiência pública, travarmos um grande debate

- não pode mais ser em Sessão secreta, porque em Sessão secreta o deputado fica impedido de trazer aqui, o que soube, porque fomos muito mais desinformados naquela Sessão do que tivemos uma informação para que pudéssemos ter uma luz na condução ou na solução do crime do deputado Tiago Amorim.

O Sr. Renato Gaúcho

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que já convoquei a Comissão de Direitos Humanos, para uma reunião, amanhã, a partir das 11 horas, onde trataremos desse assunto, dessa instabilidade em relação à segurança pública no Estado do Paraná, sobretudo, essa questão de Almirante Tamandaré, que é uma situação que não pode continuar.

Há quase três anos mulheres estão sendo mortas e a polícia, como V. Exa. mesmo já se pronunciou a respeito, não toma uma medida que seja efetiva. Todos os dias nós pegamos os jornais, e vemos que mais um cadáver é encontrado, em Almirante Tamandaré e região, e a polícia não se mexe.

Sei que a segurança pública é uma pasta que requer muitos recursos. Sei também que o crime, não só no Paraná, em Curitiba e região metropolitana vem se desenvolvendo. Mas não podemos ficar de braços cruzados esperando que os criminosos tomem conta do Estado do Paraná.

Teremos essa reunião, amanhã, a partir das 11 horas, e, posteriormente, vamos convocar o secretário da Segurança, para que ele dê uma posição, mostre algum planejamento, que seja efetivo para poder conter a criminalidade, porque desse jeito que está, não pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Peço a V. Exa. que ultime o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado ao vosso aparte e digo mais: acho que esta Casa precisa, independente de coloração partidária, se é Oposição ou Situação, sentarmos e provocarmos um grande debate. Que esse debate, deputado Algaci Tulio, se transforme em um seminário e desse seminário possamos tirar políticas públicas de segurança.

Com a aquiescência do deputado Nereu Moura passo a usar o horário da liderança das Oposições, senhor presidente.

Londrina está dando um exemplo positivo na questão da segurança. A Câmara Municipal tomou assim algumas tarefas, reuniu a sociedade, discutiu profundamente estas questões, está mantendo um fórum permanente de segurança e para quê? Para que nós possamos discutir com profundidade esta questão.

Só tomarmos o exemplo de Londrina, e com certeza nós estaremos fazendo algo positivo dentro desta Casa, e muito positivo, porque o que estamos vendo no

Paraná não dá para continuar sem termos que tomar uma postura nesta Casa. É urgente!

O Sr. Algaci Tulio

Deputado José Maria Ferreira, aproveitado até no embalo do deputado Renato Gaúcho. Veja o que dizem em alguns jornais de hoje: o jornal do Estado fala: “Cresce a atuação de bandidos estrangeiros em Curitiba. Nos últimos meses o número de bandidos vindos de outros Estados, presos em Curitiba, dobrou, e segundo o levantamento de Centro de Triagem em Curitiba, existem atualmente 11 presos de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sob a acusação de homicídio, assalto e furto. Assaltaram um banco na manhã da última sexta-feira”.

Jornal “Gazeta do Povo”: “Assassinatos de jovens - aumentam 77%”; a Tribuna do Paraná, de hoje, que eu já falei anteriormente estampa na sua 1ª página: “Sangue por todo lado”. Inferno no fim de semana, a violência tomou conta de Curitiba e da região metropolitana, no sábado e no domingo. Ao todo, 17 pessoas morreram. Das 23 que morreram, 17 assassinatos e ainda aqui um outro item também interessante, do jornal Tribuna do Paraná, que hoje também estampa a relação das 19 mulheres mortas em Almirante Tamandaré.

Aí a Gazeta do Povo, num box da matéria de hoje, pergunta: já são 5, 9, 10, 19 e vamos chegar em quantas, para que se tome alguma providência? E a própria Gazeta do Povo, na matéria de hoje, o articulista coloca, exatamente este item: o que é que está se esperando para se tomar uma posição radical? O jornal não falou que o governador tem que dar um murro na mesa e chamar a cúpula da Segurança Pública, mas nós aqui estamos fazendo isso hoje, não estamos pedindo caça às bruxas. Se tem que derrubar o secretário, o diretor, o comandante, não importa, isso não resolve. É preciso uma ação efetiva de um novo plano de policiamento na capital, na região metropolitana, com o resto do Paraná inteiro. Londrina está aí, mostrando a insatisfação, Foz do Iguaçu, Cascavel também. Quer dizer, esta Casa não pode silenciar, por isso é importante uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e também a reunião da Segurança Pública, para que a gente traga para esta Casa, para o âmbito destas Comissões o debate mais aprofundado a respeito da segurança pública.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço vosso aparte e concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado José Maria, a verdade é que o Paraná não tem uma política de Segurança Pública.

Vamos fazer um pedido de informações para saber aonde que o governo aplicou os 50 milhões destinados para o Paraná, no fundo de segurança pública, de reequi-

pamento de segurança pública, porque foi feito, pela informação extra-oficial, aqui no Paraná na área de segurança pública foi proveniente deste fundo. Mas o governo do Paraná, aonde que ele investiu, qual percentagem que ele teria investido no orçamento da Segurança Pública?

Olha, existem hoje 17 mil e poucos policiais militares para uma demanda de 22 mil policiais, há uma carência hoje de cinco mil policiais nas ruas do Paraná, e esse privilégio entre aspas da criminalidade, não é só de Curitiba. No interior do Paraná o povo está nas mãos da marginalidade, da delinquência e sem proteção e sem amparo, e muitos do efetivos da Polícia Civil e muito do efetivo, ao invés de cuidar das ruas, dão proteção ao governador, quando ele se desloca para o interior, para escapar da ira da população. Então, ele utiliza uma grande parcela do contingente da polícia para se proteger do povo do Paraná.

Então, deputado José Maria, o fato é que o Paraná não tem política de segurança pública como não tem de agricultura e como não tem de nada! O Paraná é um navio em alto mar, à deriva, e o governador viajando! Hoje mesmo, ele não está no Paraná. Pelo que eu sei, está em Nova York, participando de um evento que, na verdade, não se concretizou.

Deputado José Maria, eu acho que o seu pronunciamento é correto, é uma preocupação nossa como parlamentar, de ajudar a melhorar a situação. Não é só a morte do deputado Tiago Amorin, mas é um aumento vertiginoso, dos índices da criminalidade do nosso Estado, em todas as áreas, no interior e na capital. Nós precisamos dar um basta nisso e o governo não está tendo competência para resolver esse problema.

Quero me somar às suas preocupações.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte e para concluir, quando o deputado Algaci Tulio coloca que Curitiba está internacionalizando o crime, bandido só vai para a praça que não tem segurança. Bandido só assalta, rouba e faz seqüestro aonde a polícia não tem condições de fazer a segurança e o Paraná, hoje estamos vendo, está com esta situação cada vez crescendo mais.

Se olharmos os índices de assassinatos do ano de 1991, o Paraná detinha 28,4 para cada cem mil. Hoje, é 54,8 para os mesmos cem mil. Em dez anos, dobramos, e em parte, sete anos pertencem ao governo Lerner.

Nenhum governante, nenhum executivo no Paraná - teve a oportunidade de resolver os problemas estruturais e por que não dizê-los, conjunturais do Estado do Paraná como teve o Lerner, porque ter oito anos seqüenciais, de uma política e de uma situação tranqüila nesta Casa, não tinha porque não resolver e não fazer do seu governo um governo de realização em prol da sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, visitantes que nos prestigiam nesta tarde de hoje.

É fato que passaram-se mais de trinta dias, desde que o secretário da Segurança esteve aqui na Assembléia, numa reunião secreta, acompanhado do diretor da Polícia Civil e do comandante da Polícia Militar. Naquela dia afirmaram que o caso da morte do deputado Tiago Amorim estava na iminência de ser solucionado, identificando o mandante do crime e identificando o executor numa motocicleta, da morte do deputado lá em Cascavel.

É preciso registrar que, na oportunidade, com a presença do secretário da Segurança Pública, a maioria dos deputados aqui presentes, de certa forma levantaram algumas interrogações quanto à versão, enfim, quanto à solução do caso dado, da morte do Tiago. O superintendente da delegacia de Furtos e Roubos lá de Cascavel estaria preso aqui em Curitiba. Esse rapaz tem o sobrenome de Sampaio, não sei o primeiro nome, e ele seria o mandante da morte do deputado Tiago Amorim. Os motivos da sua morte não ficaram plausíveis do ponto de vista de que esse senhor tivesse uma razão profunda para mandar assassinar, sendo ele um agente da lei para mandar assassinar o deputado Tiago Amorim.

Agora recentemente, ele deu uma declaração nas rádios de Cascavel e agora, na semana passada, aqui na imprensa de Curitiba, numa longa entrevista com a Gazeta do Povo, com o jornalista João Nadal, onde ele nega ser o mandante do crime e demonstra que não tinha nenhuma razão maior para mandar assassinar um deputado e solicita que o delegado que está investigando o caso, Alexandre Macurin, traga à luz, o depoimento que foi tomado a semana passada, aqui em Curitiba. Nesse depoimento, esse moço que está preso, que deu o depoimento, traria informações a respeito de duas pessoas. Até agora o seu depoimento não foi trazido a público e também pouco os nomes que foram revelados no depoimento.

Então eu acho, para corroborar com os deputados que estiveram usando a palavra na tarde de hoje, que o caso da Segurança Pública, no Estado do Paraná, está se transformando num caso de prioridade por parte da Assembléia Legislativa. Se nós não tomarmos providências porque todos nós sabemos que o governador do Estado não toma providências nenhuma, não tomou nem no período da CPI do Narcotráfico, com várias e várias denúncias que foram feitas anteriormente ao governador, e não vai tomar agora com relação aos problemas.

Então, cabe-nos assumir a responsabilidade de chamar a atenção do governo do Estado, convocando o secretário, se for o caso fazendo uma comissão Parlamentar de Inquérito, aprofundando as investigações, para que alguma coisa aconteça na área da Segurança Pública.

Mas o que me traz à tribuna na tarde de hoje, é que fui motivado pelas intervenções dos deputados que me antecederam, são as notícias que estão circulando hoje em todo o Brasil. Tomei conhecimento pela Folha de São Paulo de ontem e depois na revista Veja, onde está, na capa, denúncia feita por um ex-funcionário do alto escalão da administração pública do nosso país, um diretor do Banco do Brasil. Esse senhor, chamado Ricardo Sérgio, no ano de 94 e de 98 funcionou como um arrecadador de dinheiro para campanhas políticas, no Brasil. Segundo informações arrecadou dinheiro para o presidente Fernando Henrique Cardoso e também arrecadou dinheiro para o então candidato ao Senado, José Serra. E as denúncias que trazem a respeito desse senhor, na revista Veja, é que o Sr. Sérgio Ricardo, que é este alto funcionário do Banco do Brasil, no ano de 96, no episódio da privatização da Vale do Rio Doce, isto é a Companhia de Minérios do Brasil foi privatizada e quem ganhou a concorrência de privatização da Vale do Rio Doce foi a antiga Companhia Siderúrgica Nacional, comandada pelo Sr. Benjamim Steinbruck.

Esse senhor Ricardo Sérgio, após a privatização, teria chegado numa reunião com o empresário da Vale do Rio Doce e teria solicitado 15 milhões de dólares ou de reais. Não sabem direito se são dólares ou reais, porque na época inclusive o dólar tinha a mesma cotação que a moeda brasileira, que o real. E estava solicitando este dinheiro como um valor devido ao empenho que o diretor do Banco do Brasil teve para aglutinar os fundos de pensão, para arranjar dinheiro para a privatização da Vale do Rio Doce. Esse senhor, presidente hoje da Vale do Rio Doce, Benjamim Steinbruck, chegou para o ministro da Educação do Brasil, Paulo Renato e num jantar, num restaurante lá em Brasília, no Piantella disse: “Paulo Renato, está acontecendo alguma coisa aqui no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Aproximou-se de mim, me contactou há questão de alguns meses atrás o diretor lá do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio e disse que falava em nome dos tucanos, pedindo aí uma propina”, não é este o termo usado mas sabemos que significa isso, “pedindo 15 milhões de reais para o serviço prestado pelo governo para ajudar na privatização da Vale do Rio Doce.

O ministro Paulo Renato disse ao Benjamim - olha! eu desconheço, mas você tem o dinheiro? Não tenho o dinheiro! Então vou ver se realmente o Ricardo Sérgio, tem alguém falando em nome dos tucanos, em nome do José Serra, ou do Fernando Henrique Cardoso, solicitando dinheiro. O senhor Paulo Renato me parece, relatou a mesma conversa que teve com empresários, relatou para o ministro das Comunicações, na época, o senhor Luiz Carlos Mendonça de Barros ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, que estranhando aquilo, segundo seu depoimento, numa conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso e teria dito ao presidente olha, presidente, ouvi uma conversa, o Paulo Renato me falou, depois foi confirmado pelo Benjamim, que está dirigindo a Vale do Rio Doce. Falaram-me que o

Ricardo Sérgio, que tem alguém do governo, que está cobrando dinheiro, quinze milhões, para ajudar nas campanhas, a título de colaboração do pessoal do governo na privatização. O senhor Luiz Carlos Mendonça teria dito para o presidente - não se meta nisso, não entre nessa. E o Sr. Luiz Carlos Mendonça disse que não teria entrado, não teria falado com mais ninguém. Apenas com o Sr. Paulo Renato, ministro da Educação, e teria falado com o presidente sobre aquele episódio. E ainda o Sr. Luiz Carlos Mendonça disse - não falei mais! O Presidente teria dito - É isso mesmo, você não entre nessa história, você faz muito bem em não entrar nisso.

Agora o caso veio à tona. O senhor José Serra, o seu principal cabo eleitoral - há uma informação a mais, ainda - no depoimento teria dito que, fruto da privatização da Telemar, o dono da Telemar (?) seria Carlos Jereissati, teria destinado dois milhões de reais, através do senhor Sérgio Ricardo para a campanha de José Serra em 98. E na declaração do TRE, está lá impresso, que o Sr. Carlos Jereissati, contribuiu apenas com noventa e cinco mil, e hoje o Sr. Carlos Jereissati está confirmando que colaborou com novecentos mil reais. Na realidade esses setecentos mil reais, foram a título de empréstimo de um avião para a campanha do Sr. José Serra.

O que me estranha disso tudo, não é a denúncia em si, mas é o que o ministro José Aníbal, ex-ministro da Justiça do nosso país, e agora deputado federal, comandante da campanha de José Serra, veio a público, através da imprensa ontem, dando uma resposta a essa denúncia feita pela revista Veja e pela Folha de São Paulo. E corroborou com a mesma versão, parece que o alto tucanato se reuniu na madrugada de sábado para domingo e tirou uma linha de defesa para a opinião pública nacional.

Pasmem os senhores! Qual é a linha de defesa - “José Aníbal e Arnaldo Madeira, ontem dando declarações”. Não há fato, não há o que questionar, tudo isso é uma invencionice, é uma maluquice, porque a propina não se concretizou, porque o empresário não pagou os quinze milhões para o Sr. Ricardo Sérgio, logo, não havendo o fato consumado, não havendo o pagamento, não há que se investigar o fato de menor importância.

Quando nós assistimos um ministro da Justiça, comandante da campanha de um talvez futuro presidente da República do nosso país, argumentar na defesa de que não se deve investigar uma denúncia da cobrança de propina por um alto funcionário, do alto escalão da República brasileira, no valor de quinze milhões de reais, porque o fato não se consumou, isto é, porque há um testemunho do próprio empresário de que ele não pagou, é porque nós estamos numa época muito ruim no nosso país. Independentemente de o empresário ter pago ou não, o comportamento ético do ex-ministro da Justiça do presidente Fernando Henrique Cardoso, dos altos administradores da República brasileira, é de proceder à mais ampla investigação para este caso, pois mesmo que não tenha havido a paga, o empresário precisa afirmar se realmente o Ricardo Sérgio lhe cobrou, solicitou 15 milhões

de recursos a título de fundo de campanha, àquela época, para o tucanato.

Se isso for verdade a investigação prossegue, e nós começamos a diminuir a corrupção na escala da administração federal brasileira.

Isso lembra muito a mesma argumentação que o chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná, Sr. Leonil Ribeiro, deu aqui, quando os deputados estavam reunidos secretamente argüido a respeito da morte do deputado Tiago Amorim.

Não sei se todos sabem, mas na suspeita da morte do Tiago Amorim está envolvido um outro episódio.

Um doleiro de Curitiba requisitou, do ponto de vista ilegal a remessa de 900 mil dólares, lá do Paraguai, e um grupo de pessoas aqui da Capital do Estado, alugou uma casa perto da casa do doleiro, e grampeou o telefone da sua casa.

E, nesta escuta telefônica, ficaram sabendo do dia e da hora em que chegaria o carro que estava sendo trazido do Paraguai para cá.

E, ao ter essa informação, organizaram o assalto nesse carro trazendo dinheiro lá do Paraguai e o carro que foi assaltar o que trazia dos dólares, era da polícia com as sirenes ligadas e com o logotipo da Polícia Civil do Paraná.

Esse carro assaltou os dólares e abandonou o tal carro, dos dólares, perto de São Luiz do Purunã.

A chefia da Polícia Civil do Paraná sabe a casa que foi alugada e colocado o grampo telefônico, o delegado da Polícia Civil sabe que o grampo foi feito, afirmou que o carro que foi roubar os 900 mil dólares ou era da Polícia Civil ou era outro carro que alguém colocou o seu distintivo, mas de alguma maneira sabe que o assalto aconteceu.

Pasmem os senhores, só não prosseguem as investigações porque não houve uma queixa formal na Delegacia de Polícia do Estado do Paraná.

E nós sabemos, há uma versão que o deputado Tiago Amorim estava envolvido, talvez o motivo da sua morte tenha sido este, porque no seu programa de televisão em Cascavel, ele estava nos últimos 10 dias antes da sua morte, dizendo que iria entregar pela televisão o nome de quem assaltou o carro pagador de 900 mil dólares aqui em Curitiba.

É assim que caminha a República do nosso país e a república do Estado do Paraná.

O delegado Leonil Ribeiro não investiga o desaparecimento de 900 mil dólares, tendo todos os indícios, porque ninguém formalizou a denúncia com a morte de um deputado.

E o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro da Justiça dizem que não há o que investigar por que houve a tentativa de propina, mas o fato não se consumou.

Assim caminha o nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Esta Presidência anuncia a presença do presidente da Sociedade Rural de Goioerê, Plínio Pifes e também de José Lopes, chefe do Núcleo de Educação de Goioerê, a pedido do deputado Nelson Tureck.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Chamamos para uso do Pequeno Expediente, o último inscrito, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo a tribuna para fazer um registro que me parece visível em nosso Estado, apenas para comentar sobre o resultado da pesquisa publicada ontem em todos os jornais do Paraná, realizada pelo Ibope, que coloca com uma tendência majoritária do povo do Paraná a expressão e a confiança no senador Álvaro Dias para a disputa do Governo do Estado.

Gostaria de fazer uma reflexão, porque nós, deputados, muitas vezes ouvimos falar disso ou daquilo, disso que se faz, daquilo que se faz, de tudo que possa fazer em termos de marketing. E muitas vezes ficamos pensando, e a verdadeira concepção da política de quem constrói a sua carreira política baseada no trabalho, numa história ao longo dos anos de vida. A população do Paraná dá essa demonstração de maturidade política, quando evidencia a sua tendência, não estou dizendo que seja lógica, mas uma tendência registrada majoritariamente pela população do Paraná. E subo à tribuna para parabenizar, tanto o senador Osmar Dias, quanto o senador Álvaro Dias, que aliás, há pouco tempo atrás, por assinar a CPI da corrupção, foram ameaçados de expulsão do partido que todos nós pertencíamos. Após as convocações vemos que o povo do Paraná tem a referência daquilo que cada um fez na história do Paraná.

Quero registrar não apenas porque o Álvaro Dias pertença ao nosso Partido. Por causa de uma decisão corajosa teve que deixar um Partido extremamente estruturado. O senador Álvaro Dias percorreu este Paraná e no seu governo deixou como marca registrada a possibilidade de um bom governante poder traduzir o seu governo em obras essenciais para a população. Não há município do Paraná que não tenha a referência no Álvaro Dias pelo governo que fez. Nas contas públicas foi exemplo para o nosso país.

Naquela oportunidade, lembro-me, o jornalista Bóris Casoy relatava, em rede nacional, que o Paraná servia de exemplo, pela retidão com que gerenciava as suas contas públicas. Poderia ficar aqui falando das obras do Álvaro Dias, mas talvez seja ele uma pessoa que aglutina, que tenha condição de aglutinar lideranças, é intransigente com relação à administração pública, à seriedade e trabalha como poucos. Ouvi aqui daqueles que são mais antigos, daqueles que tiveram a oportunidade de acompanhar vários governadores, a hora que chegava o governador Álvaro Dias ao Palácio Iguazu e a hora que saía de lá.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Obrigado, presidente.

Queria, ilustre deputado Augustinho Zucchi, além de cumprimentá-lo, dizer que os homens que passaram pelo Palácio Iguaçu, como no caso os ilustres governadores: Paulo Pimentel; José Richa; Álvaro Dias e outros governadores; deixaram, realmente, um laço, não só de amizade, mas de realizações.

O Álvaro está colhendo aquele dado a mais que tem o homem público que é a consideração com o seu Estado. Essa porcentagem que tem na pesquisa o senador Álvaro Dias, traduz a retidão, como V. Exa. tão bem traduz na sua linha política, e aproveitou o ensejo, ilustre deputado, para cumprimentar o senador Osmar Dias, que numa distância, realmente grande, se encontra também na referência, na mesma margem ou quase no mesmo patamar que o senador Álvaro Dias.

Parabéns, deputado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCH

Apenas para concluir, deputado Irineu Colombo, nosso presidente, faço um registro, respeitando, obviamente, a todos os demais concorrentes. Mas, para dizer, deputado Luiz Carlos Zuk, que vale o trabalho; se há coisa que não se demove fácil na política é o trabalho.

Mas lembro quando foi secretário da Agricultura no Paraná o senador Osmar Dias: fez um trabalho extraordinário, programas que hoje servem de referência no mundo inteiro, copiados pela Fao; no Senado da República demonstrou ser um homem correto, de posição retilínea, respeitado pelos seus companheiros e também tem ele não só a aprovação do povo do Paraná, como tem uma referência muito forte nas Lideranças do Estado.

Tem um item específico da pesquisa, deputado Luiz Carlos Zuk, que fala do grau de confiança da população. É um item importante porque, hoje, de tantas vezes a população escutar o rádio, ver a televisão ou ler o jornal, muitas vezes se decepiona com inúmeros políticos. Mas, realmente o grau de confiança que tem a população no senador Álvaro Dias é realmente algo gratificante, porque se traduz em 66% da população que estabelece esta confiança no senador, no seu trabalho, por aquilo que fez pelo Paraná, enfim, confiança no político e no cidadão que é o senador Álvaro Dias.

Só para ter uma idéia, o presidente Fernando Henrique detém no Paraná 37% da confiança dos paranaenses. Então, percebemos que, sem obviamente nenhum menosprezo, até porque a eleição é no dia 06 de outubro, sem antevermos qualquer resultado, mas temos que registrar essa vontade da população e que não se pode, realmente, fazer vistas grossas para aquilo que pensa o povo do Paraná, que percebe por onde andamos.

Mas, quero fazer este registro que, realmente, para se ter um índice desses de intenção de voto, temos que ter uma liderança de fato exercida no Paraná e construída ao longo dos anos, calcada no trabalho sério, na dignidade, no respeito a todos, no companheirismo e principal-

mente, na postura muito firme e na competência dos cargos que exerceu. Parabéns ao senador Álvaro Dias e ao senador Osmar Dias e a todos aqueles, deputado Carlos Simões, que, independentemente do cargo que buscam eletivamente, que seja deputado estadual, federal, governador, senador ou presidente da República, detém a confiança da população. Acho que não há nada mais gratificante para qualquer político, do que deter a intenção de confiabilidade da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Há requerimento dos deputados Tony Garcia, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães e Ângelo Vanhoni, membros da CPI da Telefonia, convidando o presidente do Procon-Paraná, Sr. Naim Ackel, para que faça uso da tribuna para fazer pronunciamento, usando espaço do Grande Expediente.

Com a palavra, o presidente do Procon, Sr. Naim Ackel.

O SR. NAIM ACKEL

Obrigado, senhor presidente.

Senhores deputados, agradeço a oportunidade de aqui estar com os senhores, para uma denúncia bastante séria e em seguida, um apelo enfático do Procon-PR.

Não é novidade para nenhum dos senhores, que a telefonia fixa tem se constituído na maior dor de cabeça para todos os Procon's instalados no Estado do Paraná. Tivemos um alento, um oxigênio na resolução dos problemas durante o período de instalação, de funcionamento da CPI da Telefonia, nesta Casa de leis.

Desde o encerramento daquelas CPI's, o quadro só tem agravado. O número de reclamações continua aumentando e a situação agora atinge uma gravidade insuportável e na minha avaliação insuperável, sem a mobilização imediata desta Casa de Leis.

A Brasil-Telecom terceirizou todo o seu serviço, de instalação de rede, instalação de terminais e conserto de defeitos surgidos nos equipamentos de telefonia fixa, com uma empresa chamada Iecsa, empresa de capital argentino instalada aqui no Sul do Brasil e que em parte operava diretamente esses serviços e grande parte recorria aos serviços de empreiteiros de telefonia no Estado do Paraná.

Aqui nas galerias temos hoje representantes desses empreiteiros, temos 14 empresários do Estado do Paraná, que estão - pasmem os senhores - desde o mês de novembro de 2001, sem receber o pagamento dessa empresa Iecsa, e apesar deste atraso, a Brasil-Telecom, pelas notícias que recebemos, renovou o contrato com ela, e agora a situação atingiu um ponto de ebulição incontrollável.

Em alguns municípios da região metropolitana, notícias que recebemos de Colombo, já está havendo o tal do "caladão", em algumas áreas da telefonia.

Precisamos imediatamente, de uma ação no sentido primeiro de bloquear recursos que a Brasil-Telecom

tem para repassar para essa empresa Iecsa, que já não está mais em Curitiba; a empresa já fechou o escritório, já saiu da nossa cidade e a Telepar garante que não pode reter esse dinheiro porque desconhece os contratos terceirizados feito pela Iecsa, o que não é verdade!

Então, fazemos e trazemos dois apelos aos senhores deputados: que nos ajudem, senhor presidente, no sentido de sensibilizar a Brasil-Telecom para que retenha esses valores devidos à Iecsa, porque esse dinheiro não é da Iecsa, é dos empreiteiros e dos funcionários que aqui estão, que executaram os serviços, sem receber, em situação de penúria, passando necessidade desde o ano passado, sem que a Brasil-Telecom tomasse qualquer providência.

E em segundo, que por favor façam os encaminhamentos necessários para a implantação de uma CPI da Telefonia, que é o único mecanismo de controle.

Talvez agora fosse o momento da CPI da Iecsa, que está deixando e vai deixar um rastro de infelicidade se não houver uma mobilização imediata da sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Pela ordem, o primeiro inscrito, deputado Marcos Isfer.

Em seguida, o deputado Algaci Tulio.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, Dr. Naim Ackel, representante do Procon.

Esta Assembléia, por três vezes tentou investigar os desmandos da Brasil-Telecom.

Por três vezes fizemos CPI's, por três vezes fomos barrados na Justiça. Tenho certeza que deve ser montada uma nova CPI, seja da Iecsa ou seja a continuidade daquelas da Brasil-Telecom, que já estavam em andamento, das cobranças indevidas, das cobranças ilegais, por quê?

O que é que nós observamos hoje? que todas essas empresas que vieram ao Brasil comprar empresas de telecomunicação, neste momento começam a vender os seus ativos, começam a vender prédios, começam a vender enfim aquilo tudo que tem de positivo dentro da empresa e começam, já com apoio do governo Fernando Henrique Cardoso, a dizer que este sistema é deficitário. Isto tudo me lembra muito uma tentativa, isto sim, de vir a este país, levantar algum dinheiro e sumir, na "calada da noite", como fizeram com os servidores e os funcionários da Iecsa.

Então, quero recomendar a esta Casa que acho muito importante que voltemos, senhor presidente, com a CPI da Telefonia ou façamos uma nova, porque a Justiça

não poderá, durante muito tempo ainda, continuar acobertando os desmandos da Brasil-Telecom.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Primeiramente quero cumprimentar o companheiro Naim Ackel pelo bom trabalho que faz à frente do Procon, no Paraná, hoje é um exemplo para o Brasil no atendimento, nas soluções que tem dado cotidianamente ao povo paranaense, especialmente nesta questão da área da telefonia, que é a maior reclamação encontrada hoje junto ao Procon, depois dos problemas dos Bancos, e como terceiro item, os planos de saúde. A telefonia, todos sabem o que fizemos nesta Casa. Eu, inclusive, os deputados Tony Garcia, Marcos Isfer, outros parlamentares, Ângelo Vanhoni, o quanto nós lutamos para poder instalar a primeira CPI que acabou derivando para a área dos grampos. Aquela, a Justiça veio e suspendeu.

Iniciamos uma segunda CPI para tratar exatamente dos problemas da telefonia do Paraná e para surpresa nossa também, depois que esta Assembléia conseguiu derrubar o presidente na época, da Telepar, um tal de Juan que veio aqui, desafiar esta Casa e nós o enfrentamos no plenarinho, o desmascaramos ali. A partir daquele momento, mais uma vez, a Justiça, a pedido da Telepar Brasil Telecom, suspende mais uma CPI.

Não é mais possível! Eu que trabalho em meio de comunicação, os demais parlamentares sabem qual é o índice maior de reclamações, se não é na área da telefonia! Agora, está aí uma situação difícil para quase três mil funcionários da Iecsa: estão desempregados; não se sabe se a empresa vai pagar, vai conseguir numerário para isso ou não. Quer dizer, a Telepar Brasil Telecom veio aqui, tomou conta, assentou-se no esquema da telefonia, dá as cartas, truca, levanta pra seis, pra nove e fica tudo como está, senhor presidente!

É preciso que a Mesa Diretiva desta Casa responda a nós, parlamentares que somos integrantes da CPI da Telefonia: em que pé está? A Justiça já foi, no mérito da CPI, do processo, ou não foi?

Se não tem uma solução ainda, deputados Tony Garcia, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer e demais integrantes da CPI, é hora de puxarmos aqui 28 assinaturas, e, por um projeto de resolução, iniciarmos outra CPI, porque afinal de contas não é mais possível acompanhar os desmandos ou mando por parte dessa empresa telefônica em detrimento aí a três mil funcionários que têm por trás de cada um deles esposa, filhos que querem comer, que querem sobreviver e a empresa não lhes paga o que é de direito.

Têm o nosso apoio, esta Casa aqui mais uma vez vai tomar posição, e posição firme! Chega de CPI laranja nesta Casa! Está na hora de CPI séria como estava sendo feita com seriedade a CPI da Telefonia!

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Pela ordem, deputado Ricardo Chab, e logo após Tony Garcia.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, gostaria de inicialmente cumprimentar a presença do coordenador do Procon, o Naim Ackel, que traz a esta Casa um assunto que acho que temos que partir para duas vertentes: primeira, a questão política, ou seja, a vontade política de se corrigir a distorção que hoje se estabelece exatamente em cima de quem prestou serviço e de quem trabalhou para uma empreiteira, chamem como chamarem, essa empresa Iecsa.

Então, acho que, de repente, temos que ter a vontade política, a grandeza política de corrigir isso. E aí eu quero fazer referência aqui de uma CPI específica para o caso. Por que eu faço a referência de uma CPI específica? Porque a justiça está lá com a questão da CPI da Telefonia, já há algum tempo, e não houve até agora o pronunciamento da Justiça, e esta Casa sabe, e a Mesa Diretiva sabe.

Então, gostaria de, nesta Sessão, para que déssemos uma demonstração pública, uma demonstração de vontade política, que nós fizéssemos o requerimento, que a Mesa Diretiva fizesse o requerimento e instalasse imediatamente uma CPI específica para cuidar da questão da Iecsa.

E é claro que nós não seríamos, senhor presidente, obstaculizados pela Justiça, porque se trata de um caso à parte e não de um caso de CPI que vai envolver grampo. Enfim, o funcionamento da telefonia no Estado do Paraná está sendo questionado pelo Poder Judiciário.

Acho que nesta tarde, teríamos que tirar essa vontade do Plenário, somos soberanos, a Mesa Diretiva tem esse poder, para que nós realmente saíssemos hoje e déssemos a resposta para essas pessoas que estão aqui com as suas contas pessoais atrasadas, conta de luz, água, até a própria telefonia, prestaram serviços e estão aí sem receber.

A proposta do coordenador do Procon, eu entendi perfeitamente bem, é uma proposta que nós não temos esse poder, esta Casa não tem esse poder, infelizmente, de obstruirmos em valores reais, nominais, o valor da Brasil-Telecom, o que tem a receber dos seus usuários. Não temos esse poder. Mas, caberia ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, quem sabe, uma posição nesse sentido jurídico.

Agora, a vontade política esta Casa tem que ter! A vontade política, sim, de se fazer uma CPI e se descobrir de desviaram ilicitamente desses homens que prestaram serviços. Aí sim, esta Casa pode se intrometer! Mas, daí, nós tirarmos daqui, o coordenador do Procon solta a bomba como se fôssemos assim, os salvadores da pátria. Não vamos passar a noção para esses trabalhadores que estão aqui, de que nós sejamos os salvadores da pátria. Agora, temos duas vertentes, e eu quero deixar bem clara a minha posição.

A primeira vertente, senhor presidente, é que nós consigamos nesta Sessão de hoje, uma CPI específica, no caso da ICSA. E a segunda vertente é que convoquemos o Ministério Público para, assim, na Justiça, buscar o remédio jurídico, que é obstaculizar as contas em valores nominais, reais, para salvaguardar esses trabalhadores que aí estão.

Essa é a minha posição, senhor presidente.
Muito obrigado!

O SR. TONY GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhor representante do Procon Naim Ackel, e todos os deputados que aqui se pronunciaram.

Acredito que temos um motivo maior para atendermos até a solicitação do representante do Procon, doutor Naim. O problema é o seguinte: fizemos uma CPI e até entendemos no primeiro momento quando ela foi parada por noventa dias pela Justiça por desvio de função. Tudo bem, concordamos. Criamos a segunda CPI, onde não fizemos uma vírgula a mais do que era específico naquele momento. De novo fomos barrados pela Justiça.

Mas, isso era por noventa dias! Os noventa dias já se passaram, já se passaram 180 dias! E o que fizemos, senhor presidente, quando não tivemos a resposta? Fizemos, isso eu quero lembrar ao deputado Ricardo Chab, que foi constituída a terceira CPI, um outro projeto de resolução apoiado por 45 deputados que havia neste plenário. Por unanimidade nós votamos. Está pronto, está na Mesa e está na mão do presidente. O que precisa é a sua instalação. Temos um trabalho andando há muito tempo. E eu, como presidente desta CPI, sou cobrado todos os dias, pelos jornais, pelas empresas de televisão, de rádio, em todos os veículos de comunicação do Paraná.

Entendo a preocupação do Dr. Naim, porque ele acompanhou esta CPI desde o início e quando se fala aqui, deputado Ricardo Chab, de Ministério Público, o Ministério Público, tanto estadual quanto o federal, faziam parte como membros desta CPI, foram por nós convidados, aceitaram e participavam efetivamente dela. Agora, eu não vou ser cobrado o tempo inteiro por esta CPI aonde esta Casa não dá uma resposta.

Ou damos uma resposta agora com veemência, ou ficamos com a pecha disso daí, deputado Ricardo Chab, de que somos os salvadores da pátria, e que na verdade podemos ajudar e muito, não salvarmos a pátria.

Agora, vem denúncia atrás de denúncia, a Telepar aqui, como disse o deputado Algaci Tulio, um presidente caiu da Telepar Brasil Telecom aqui, por quê? Veio aqui e se disse réu confesso de cobranças indevidas, aonde deveria devolver 20 milhões de reais que foram cobrados indevidamente aqui no Estado.

Agora, a Justiça pode fazer o que quiser, se entender que esta CPI extrapolou nas suas funções. Impedir que esta Casa investigue, eu não acredito nisto. Acho que nós temos agora que dar um basta para toda a sociedade, é um momento importante, este é um ano eleitoral, todos

nós estamos sendo vistos por todas as pessoas do Paraná com a responsabilidade que devemos ter.

E, neste momento, senhor presidente, esta Casa deve, sim, uma satisfação a toda a sociedade paranaense.

Eu, como presidente, lhe garanto isto, Dr. Naim, vou pedir para que, se não existir o pronunciamento definitivo, o julgamento de mérito da justiça, que nós implantamos o que aí está, uma CPI que já está com os seus trabalhos andando, com o Ministério Público com várias denúncias, que nós possamos aí fazer o que o senhor quer, através do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, impedir que este dinheiro seja remanejado para deixar essas pessoas desprovidas desse trabalho que fizeram e ficarem aí passando necessidade.

Então, é dever desta Casa, senhor presidente. Acredito que tenhamos que ter uma resposta até amanhã para sabermos o nosso destino e até para não sermos julgados pela nossa responsabilidade de nada fazermos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, veja que acaba sempre nas costas do povo.

A missão do parlamentar, a missão deste Poder é exercer o poder em nome do povo e a função do Ministério Público é cumprir a lei aprovada aqui. O Ministério Público é o guardião da lei.

E pergunto a V. Exa., Dr. Naim Ackel, o que é que o Ministério Público revelou? Ele está presente? Ele está participando? E por que é, senhor presidente Elio Rusch, que não tocamos nesses assuntos imediatamente, quando eles batem na porta do cidadão? O cidadão veio aqui bater na nossa porta, temos que dar uma resposta imediata. Nós temos que ter o convencimento fundamental de que aqui é o Poder Legislativo, a Casa do povo.

E quando o cidadão bate aqui organizadamente, é porque ele está pagando muito caro, porque o cidadão não se mobiliza para vir aqui reclamar aos deputados e não é permitido para nós deputados que não tenhamos então uma ação imediata, conforme disse o deputado Garcia. Temos que instalar a CPI e fazer valer! Não pode a Justiça impedir um mandato popular de agir em defesa da população.

E o nosso clamor para que o Ministério Público preste a solidariedade a esta categoria que está sendo sacrificada e na esperança que o senhor presidente determine imediatamente que a CPI, instalada nesta Casa, volte a funcionar, porque esta Casa tem que ser e é a voz do povo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores visitantes, o ilustre chefe do Procon do Paraná, Dr. Naim Ackel, tem procurado, dentro de suas limitações, fazer com que a lei seja cumprida. Não alcançando esse objetivo, aqui se encontra, junto conosco, para fazer com que a responsabilidade

por aquilo que já antevíamos, quando em Brasília, o governo federal, em um passe de mágica, fez com que a telecomunicação em solo pátrio fosse privatizada e entregue a grupos que têm o único interesse de ganhar dinheiro - é o resultado em que nos encontramos.

Quase aconteceu, ilustre visitante, com a Copel. Se não fôssemos nós, aqui, estariam também ex-funcionários da Copel, com esses ex-funcionários de organismos que lidavam com a telecomunicação, reclamando aquilo que quase esse nosso governador, cópia do presidente da República, fez com a telecomunicação e ia fazer com a luz do Paraná, e nós não deixamos.

Hoje, Ackel, para resolvermos, além daquilo que o deputado Tony Garcia pediu à Mesa Executiva, eu também iria dizer não só a vossa pessoa e todos aos visitantes - ao Marcelo, de Ponta Grossa, que me manda um bilhete - porque os serviços feitos de janeiro até agora, essa que os contratou e que é subempreiteira daqueles que são os empreiteiros, daqueles que fizeram a privatização já cobraram do povo. É peculato! É roubo! Eles cobraram o trabalho que eles realizaram, estão com o dinheiro no bolso e com os empregados para pagar, sem o dinheiro que foi roubado por essa subempreiteira. Isso é roubo!...

(Aplausos nas galerias)

...Não existe outra palavra: é roubo organizado e amparado!

O que o Tony Garcia, os membros da comissão e o Ricardo Chab foram tolhidos pela Justiça, na primeira, na segunda, tenho certeza absoluta que, agora, a Mesa Executiva, hoje, com o nosso presidente em exercício, Elio Rusch, instalando essa comissão, haveremos, Tony Garcia e Ricardo Chab, de fazer com que eles devolvam o dinheiro cobrado e sejam responsabilizados pelo roubo que efetuaram.

Parabéns, Ackel!

Tenham certeza, vocês, como o Ricardo diz: "haveremos de encontrar uma solução, para fazer com que, quem trabalhe receba, e quem roube, vá para a cadeia".

(Aplausos nas galerias)

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, queria parabenizar o meu amigo Naim Ackel, meu colega de infância, por essa iniciativa, apesar de não ser praxe do Procon tomar uma iniciativa dessa natureza. Mas quem o conhece, como eu o conheço, sabe do seu interesse e da luta nas causas em defesa do consumidor paranaense, de forma geral.

Acho que os trabalhadores deveriam procurar fazer essa denúncia, diretamente ao Ministério Público. Tenho certeza absoluta que o Ministério Público tem autonomia para tomar as providências necessárias.

Quero parabenizá-lo! V. Sa. dá motivos a esta Casa, para receber os parabéns.

Talvez, poucas pessoas saibam, mas o Dr. Naim Ackel tem acompanhado todas as iniciativas da CPI dos Alimentos, percorrendo, inclusive, alguns municípios do

Estado do Paraná, trabalhando junto conosco. Tem sido importantíssima essa participação do Procon, para que possamos apurar denúncias, que vêm acontecendo com o consumidor paranaense e sendo praticadas por empresas multinacionais.

Mais uma vez estou convicto e tenho certeza que os 26 deputados desta Casa, que votaram contra a venda da Copel, estão também seguros de que estavam no caminho certo, porque naquela ocasião muitos deputados que defendiam a privatização da Copel, usaram como argumento o grande sucesso ocorrido com a privatização das empresas de telecomunicações, e nós alertávamos os deputados e o próprio governador, de que muito em breve nós ouviríamos as reclamações feitas contra as empresas de telecomunicações. Se nós olharmos o que ocorreu com o aumento da tarifa ao consumidor paranaense, ao consumidor brasileiro nas empresas que foram privatizadas, foi um aumento de 220% acima da inflação no período, ou seja, nós realmente precisamos, esta Casa precisa apurar todas as denúncias contra as empresas multinacionais e principalmente por essas empresas que foram privatizadas.

Parabéns, Dr. Naim Ackel, eu acho que a justiça paranaense não pode de forma nenhuma impedir que a CPI da Telefonia seja implantada nesta Casa, até porque com relação ao mérito, nós já vimos aí no nosso país, CPIs serem feitas, e se existe motivo que mexe com a vida de todo consumidor, sem dúvida nenhuma é questão da telefonia e da comunicação.

Então, não há motivo, não há argumento para que a justiça impeça a implantação da CPI da telefonia no Estado do Paraná.

Para encerrar, quero mais uma vez aqui publicamente, agradecer por esta iniciativa e pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo em prol da CPI dos Alimentos na qual sou relator.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero também neste momento ir na linha de raciocínio do companheiro Silvestri, do companheiro Zuk, com referência àquilo que está acontecendo não só no Estado do Paraná, mas também no Brasil.

Eu entendo que todos nós temos a oportunidade neste instante de fazer uma profunda análise acerca daquilo que se disse há um, dois, cinco anos atrás, quando neste País iniciou-se uma grande mobilização em favor da desregulamentação, da abertura do país ao capital estrangeiro, e nessa trilha toda caminhou-se para acabar com os Bancos estaduais, com os pequenos Bancos nacionais, e hoje o que assistimos são denúncias quanto ao atendimento dos Bancos, e os terríveis e tremendos lucros que o setor financeiro vem obtendo.

Aqui no Paraná, por exemplo, são seguidas as vezes que nesta Assembléia se coloca as deficiências por que passa por exemplo a Sanepar do Paraná, deputado Neivo, Algaci Tulio, deputado Strapasson, já estiveram

inclusive visitando o lago do Iraí, para mostrar que a privatização não contribui, a privatização parcial da Sanepar, para melhorar, como se esperava, o seu serviço.

Aqui nesta Assembléia tem uma CPI da América Latina Logística, que é a responsável hoje pelo transporte ferroviário do Estado do Paraná.

Na questão da telefonia é a mesma coisa, na questão da Copel, graças a Deus, que fatos aconteceram pelo mundo afora, do ponto de vista econômico, do ponto de vista político, e que mudaram a linha de raciocínio.

E hoje nós estamos aqui refletindo em cima da questão da telefonia. Eu tive oportunidade de participar desta CPI, de assistir ao trágico depoimento de Juan de Avilles, que era presidente, superintendente da Telepar. Felizmente foi afastado, mas as cobranças irregulares que nós, naquela ocasião, denunciávamos perante à CPI, que fomos junto, Dr. Naim, lá em Brasília, conversar com o diretor da Anatel, Dr. Guerreiro, quer dizer, nada mudou até hoje, apesar e em que pese o trabalho que a Assembléia Legislativa nas denúncias recolhidas e transmitidas às autoridades competentes e no trabalho que fez o Procon.

Então, é hora, sim, de nós fazermos uma reflexão, com referência às privatizações, porque hoje têm pessoas aí que estão batendo nessas empresas, mas que lá atrás defenderam que elas fossem passadas às mãos daqueles que hoje são algozes e carrascos da nossa gente.

Quero também, como presidente da CPI dos Alimentos, agradecer a V. Sa. e a equipe do Procon do Paraná pelo apoio que nos têm dado e que este apoio será refletido no relatório que haveremos de apresentar nos próximos dias aqui nesta Casa, onde mais uma vez, ficará evidenciado que grupos econômicos que vieram de outras partes do mundo para dentro do território brasileiro e paranaense, estão penalizando a nossa gente e a nossa economia.

Por isso cumprimos V. Sa. Dr. Naim, no momento em que traz a esta Casa importantes relatos e informações e eu não me assusto nem um pouquinho com aquilo que V. Sa. relatou, do comportamento da IECSA ou da Global, como não me assustei na semana passada, quando aqui estiveram os cegonheiros da Gabardo reclamando da postura da Renault, porque esses todos, aqueles que de fora vieram para cá com o objetivo único e exclusivo de usar o capital para explorar a nossa gente, não me assusta nada o que eles podem fazer. Agora, a Assembléia tem o seu papel, foi cumprido o papel da Assembléia na CPI da telefonia, interrompida, e está sendo cumprido o papel da Assembléia na questão da CPI dos Alimentos e o Procon está cumprindo com o seu papel.

Parabéns, Dr. Naim Ackel e àqueles que nos visitam, por trazerem informações que serão consideradas, apoiadas e levadas adiante por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós concedemos a palavra ao Dr. Naim Ackel para as suas considerações finais.

O SR. NAIM ACKEL

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

Quero esclarecer que o Ministério Público está acompanhando esse processo, mas que neste momento, a ação necessária é uma ação do Dr. Alberto Gomes, representante das empresas, está dando entrada amanhã pela manhã, com um pedido de bloqueio desses recursos devidos pela BrasilTelecom à Iecsa e que, segundo o nosso entendimento, devem ficar retidos até o esclarecimento total de a quem esse dinheiro é devido realmente, e o que precisávamos era do apoio político desta Casa, para sensibilizar a sociedade como um todo, da gravidade da situação, antes que esse dinheiro diga adeus.

Segundo: dizer ao deputado Cezar Silvetri que essa determinação da participação ativa e firme do Procon em todas as CPI's para as quais for convidado, além dos elogios feitos a mim que eu prefiro não aceitar, transfiro ao secretário José Tavares, da Justiça, que me determinou essa postura de firmeza diante de qualquer situação de irregularidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Presidência esclarece ao Plenário, aos nossos visitantes e também ao Dr. Naim Ackel, que nós vamos levantar, junto com a assessoria da Mesa e da Presidência, em que pé andam as CPI's e qual a possibilidade legal de reativarmos uma delas, e se necessário for, criar outra por resolução ou de outra forma.

A Mesa e a Assembléia não ficarão alheias a essa situação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Eu queria que V. Exa. suspendesse a reunião por três minutos para que pudéssemos conversar pessoalmente com o ilustre visitante em alguns pormenores que os deputados pediram, só reclamando que V. Exa. poderia chamar a Bancada governista que se encontra na Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu não tenho esse poder de chamar nenhum deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Então, nós mesmos da Oposição, vamos conversar com o ilustre visitante, que é nomeado pelo governo do Estado do Paraná. Nós fazemos a base para ele.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Já que se fala em CPI, seria bom lembrar que todas as CPI's em andamento já estão com o seu prazo encerrado e nós não vimos nenhuma delas vir para o Plenário dar resultado do tipo de trabalho que foi feito até hoje.

É preciso que se encerrem essas CPIs, para que se abra espaço para outras que estão na fila, aguardando o momento, para se iniciar um novo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Eu entendo que o senhor Naim Ackel permanecerá por mais alguns instantes, aqui na Assembléia e nós vamos continuar a Sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente eu sei que a intenção do deputado Algaci Tulio não se dirige em relação à CPI dos Alimentos.

O SR. ALGACI TULIO

Absolutamente, a nossa CPI é a que está realmente funcionando. Estou cobrando as CPI's da América Latina Logística, do Rio Iguaçu, do Fórum, do MST. Ninguém fala mais nada aqui na Casa, e é ruim isso, pega mal!

O SR. ORLANDO PESSUTI

É porque, senhor presidente, a CPI dos Alimentos tem realmente cumprido com uma agenda de trabalho bastante intensiva e bastante organizada.

Eu não tenho o que reclamar da maioria dos nossos membros, nós temos uns dois ou três que não têm aparecido nas reuniões, mas a maioria tem aparecido. Na última terça-feira inclusive nós anunciamos a esta Casa o deputado Ely Guellere e a deputada Luciana Rafagnin estiveram representando este Poder e a comissão na reunião que tratava da regulamentação da Portaria 56, que foi objeto de uma bela reportagem na manhã de ontem, no Globo Rural.

Então para que se possa também dar ciência, amanhã nós teremos uma nova reunião da CPI do Leite quando o deputado Silvestri, o deputado Ely Guellere, que são os nossos relator e sub-relator, estarão já delineando o relatório acerca do subitem, leite. Nós amanhã também vamos definir as ações para nossa CPI, nos próximos dias, no que diz respeito à carne, a hortigranjeiros e ao café.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Pelo que já foi dito aqui, nós apenas queremos reforçar toda a argumentação dos deputados no sentido de que é preciso que a Assembléia Legislativa ajude a esclarecer toda esta questão que envolve a Telepar, as injustiças cometidas pela Telepar no tratamento, não só com os servidores, prestadores de serviço, como também as cobranças irregulares.

A Assembléia Legislativa, por duas vezes, tentou criar uma CPI para investigar, e a Telepar impediu que as investigações fossem realizadas porque evidentemente tem medo. Quem não deve não teme! E, se a Telepar morre de medo como o diabo da cruz quando a Assembléia fala em CPI, é porque está até os cabelos enterrada

em irregularidades, em desonestidade! Por isso eu quero reforçar a posição dos demais deputados desta Casa. O PMDB é solidário às pessoas que aqui vieram no sentido de que possamos colaborar para apurar, para ajudar e para que a Justiça seja feita.

Fica aqui a nossa manifestação, neste sentido, senhor presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há mais oradores inscritos no horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Proposta de Emenda Supressiva à Constituição do Estado, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, devidamente apoiada constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete), de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Augustinho Zucchi e Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar a Emenda aprovada em 2ª discussão. Em votação a Emenda.

O Sr. Neivo Beraldin

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Gostaria de cumprimentar hoje, tenho certeza que faço em nome de toda Assembléia, o nosso corpo de taquigrafia da Assembléia Legislativa. Hoje é o Dia do Taquígrafo. Muito embora com um salário nada agradável, muito abaixo do que ganha uma taquígrafa da Câmara de Vereadores, pasmem, senhores! Do que ganha um taquígrafo do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa! O nosso setor de taquigrafia é o mais mal pago do que aqueles que estão no órgão auxiliar desta Assembléia.

Por isso, em nome da Kátia Maria, chefe do setor de taquigrafia, cumprimentar o Airton, Doroti, Maria de Lourdes, Maria Liliam, Maria Elisa, Fábio, Isabel, Margaret, Patrícia, Raquel, Regina, Rosaura, Sonia, Sandra, Stela, Tereza, Andréia e a Ivani, que fazem parte desse setor tão importante. Sem a taquigrafia, certamente esta Casa não teria registro.

Espera-se, senhor presidente, que quando o governo do Estado encaminhar para esta Casa, a Mensagem do Plano de Cargos e Salários, que esta Casa também coloque o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, foi requerido verificação de votação. Eu requeiro chamada nominal para que a verificação se processe.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)

(**Procede à chamada nominal**)

23 senhores deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há quórum para deliberar, apenas para prosseguimento da Sessão.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, depois não adianta a Assembléia, alguns parlamentares se queixarem, quando a imprensa faz uma marcação pela presença dos deputados em plenário.

A Folha do Paraná divulgou na edição de ontem, uma pesquisa revela a presença dos senhores parlamentares no plenário da Assembléia. Pasmem senhores, há deputado que veio apenas três vezes durante um mês, nesta Casa!

Felizmente eu, deputado Pugliesi, deputado Pastor Edson Praczyk, deputado Augustinho Zucchi, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Nereu Moura temos 14 presenças nas 14 Sessões aqui realizadas.

Quer dizer, a Assembléia continua fazendo de conta que está trabalhando.

Claro que nós entendemos que regimentalmente é direito de se afastar do plenário. Mas é muito ruim para uma Casa que teve uma semana inteira praticamente parada e, quando reinicia os trabalhos não vota a Ordem do Dia.

Depois, a imprensa não pode ser acusada de culpada, porque vem aqui e registra quem está e quem não está no plenário. Que bom se toda imprensa fizesse como a "Folha do Paraná" faz.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1024 e 1025, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1033, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1052, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1071, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579/2001, 034, 035, 126 e 135/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 212, 381/2000; 112, 271, 299, 363, 679, 696/2001; 091/2002; 645, 646, 651, 665/2001; 030, 037, 071, 093, 117, 122, 146, 166, 170, 171, 172, 178, 185, 186, 190 e 192/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 014/2002 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001 nas rubricas abaixo

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
45906100	2000	000	4.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	000	4.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.2002.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado Valdir Rossoni

Primeiro Secretário

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dois, às nove e trinta horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Marcos Isfer, que relatou a proposição nº 55/2002, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu

artigo 14. Examinada a matéria, o senhor relator concluiu que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, dada a sua exatidão, entendendo pelo Parecer - FAVORÁVEL - APROVADO, sendo acompanhado por unanimidade pelos senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
RENAULT
ATA DA INSTALAÇÃO**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, no gabinete da Presidência, reuniram-se os membros indicados pela Liderança para comporem esta comissão, que irá tratar de assuntos relacionados aos cegonheiros, junto à Renault do Brasil, em São José dos Pinhais, com o fim específico de instalar a comissão, presidida na forma regimental pelo deputado Augustinho Zucchi, 2º vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão e marcou reunião para a próxima semana para eleição do presidente e vice-presidente e a designação do relator da Comissão Especial. Nada mais havendo a tratar

o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

Membros:

Neivo Beraldin, Edson Satrapasson, Divanir Braz
Palma, Algaci Tulio, Fernando Ribas Carli

Pedido de Adesão:

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO.**

MARIA BEATRIZ AZEVEDO M. MACEDO, matrícula nº 40823, endereço Avenida Paraná, 1115, bairro Cabral, cidade de Curitiba, CEP: 80-35-130-PR, remuneração mensal estimada R\$983,14, CPF: 813.480.459-49, telefone: 252/8098, Lotação: DG, data de nascimento: 25/02/1952.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 3581)

Curitiba, em, 06.05.2002.

(a) MARIA BEATRIZ MACEDO